

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS/ HISTÓRIA

MARIA LAYANE RODRIGUES SANTOS

CONFLITOS AGRÁRIOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MAMORANA,
MUNICÍPIO DE TIMBIRAS, MARANHÃO

CODÓ
2026

MARIA LAYANE RODRIGUES SANTOS

**CONFLITOS AGRÁRIOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MAMORANA,
MUNICÍPIO DE TIMBIRAS, MARANHÃO**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/ História, da Universidade Federal do Maranhão/ Centro de Ciências de Codó, como requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Humanas/ História.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Pereira Correia.

CODÓ
2026

MARIA LAYANE RODRIGUES SANTOS

**CONFLITOS AGRÁRIOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MAMORANA,
MUNICÍPIO DE TIMBIRAS, MARANHÃO**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/ História, da Universidade Federal do Maranhão/ Centro de Ciências de Codó, como requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Humanas/ História.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Pereira Correia.

Codó, Maranhão, 14 de janeiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fabiana Pereira Correia (UFMA)
Orientadora

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva (UFMA)
Avaliador interno

Prof. Mestrando David dos Santos Lima (UFPI)
Avaliador externo

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA**

Rodrigues Santos, Maria Layane. Conflitos Agrários na Comunidade Quilombola Mamorana, município de Timbiras, Maranhão / Maria Layane Rodrigues Santos - 2026.

20 f

Orientador(a): Fabiana Pereira Correia. Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2026.

1. Conflitos agrários. 2. Comunidade Quilombola Mamorana. 3. Território Étnico Campestre. 4. Timbiras. Maranhão. I. Pereira Correia, Fabiana. II. Título.

CONFLITOS AGRÁRIOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MAMORANA, MUNICÍPIO DE TIMBIRAS, MARANHÃO

Maria Layane Rodrigues Santos

RESUMO

Os conflitos agrários no Maranhão estão associados à concentração fundiária, à fragilidade na regularização de territórios coletivos e à expansão de atividades econômicas que pressionam comunidades tradicionais. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender os conflitos agrários vivenciados pela Comunidade Quilombola Mamorana, localizada no município de Timbiras, Maranhão, inserida no Território Étnico Campestre. A pesquisa analisa as causas, dinâmicas e implicações socioterritoriais desses conflitos, considerando situações de ameaça, violência e degradação ambiental que afetam diretamente o cotidiano das famílias. Metodologicamente, o trabalho baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental e registros de diários de campo, permitindo articular dados institucionais e vivências locais. Os resultados evidenciam que a morosidade na regularização fundiária e a atuação de interesses privados intensificam a vulnerabilidade territorial da comunidade, ao mesmo tempo em que reforçam estratégias de resistência e permanência no território, fundamentais para a manutenção dos modos de vida quilombolas.

Palavras-chave: Conflitos agrários. Comunidade Quilombola Mamorana. Território Étnico Campestre. Timbiras, Maranhão.

ABSTRACT

Agrarian conflicts in Maranhão are associated with land concentration, the fragility of the regularization of collective territories, and the expansion of economic activities that put pressure on traditional communities. In this context, the present study aims to understand the agrarian conflicts experienced by the Mamorana Quilombola Community, located in the municipality of Timbiras, Maranhão, within the Campestre Ethnic Territory. The research analyzes the causes, dynamics, and socioterritorial implications of these conflicts, considering situations of threat, violence, and environmental degradation that directly affect the daily lives of families. Methodologically, the work is based on bibliographic review, document analysis, and field diary entries, allowing for the articulation of institutional data and local experiences. The results show that the slowness in land regularization and the actions of private interests intensify the territorial vulnerability of the community, while at the same time reinforcing strategies of resistance and permanence in the territory, which are fundamental for maintaining the Quilombola way of life.

Keywords: Agrarian conflicts. Mamorana Quilombola Community. Campestre Ethnic Territory. Timbiras, Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado aborda a temática dos conflitos agrários no Leste do Estado do Maranhão, com ênfase na Comunidade Quilombola Mamorana, situada na zona rural do município de Timbiras.

Para compreender os conflitos agrários vivenciados no Brasil contemporâneo, é necessário retomar os processos históricos que moldaram a ocupação do território nacional. Desde o período colonial, os povos indígenas foram progressivamente expulsos de suas terras pelos colonizadores portugueses, perdendo o acesso aos espaços que tradicionalmente ocupavam.

A expropriação territorial e o deslocamento forçado dessas populações contribuíram para a formação de uma estrutura fundiária marcada pela desigualdade e pela violência, que permanecem como principais fatores geradores de conflitos no campo brasileiro (Martins, 1981).

Em nível nacional, questões agrárias têm raízes em um processo histórico que envolve apropriação injusta dos territórios indígenas pelos colonizadores europeus. Ao longo do tempo houve um processo perverso de desorganização e exploração dos povos originários. Além disso, é necessário considerar o contexto da escravização das pessoas africanas “arrancadas” de seus territórios e trazidas para o Brasil na condição de escravas.

Quando a escravidão foi abolida, em 1888, a população negra de origem africana e seus descendentes ficaram à margem do acesso a terras para morar e trabalhar, já que com a Lei de Terras, de 1850, as terras do Brasil passaram a ser consideradas mercadorias, sendo necessário dispor de condições financeiras para adquiri-las.

No estado do Maranhão, esse cenário se intensificou a partir da década de 1980, quando se consolidou uma estrutura fundiária fortemente concentrada nas mãos de grandes proprietários, em detrimento de comunidades tradicionais e trabalhadores rurais. Esse quadro acentua tensões territoriais, sobretudo porque ocupações camponesas e territórios coletivos passaram a disputar espaço com empreendimentos agrícolas, madeireiros e pecuaristas. (SILVA; CRUZ, 2021).

A documentação dos conflitos tornou-se mais sistemática a partir de 1975, quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passou a registrar episódios de

violência contra trabalhadores rurais, consolidando em 1985 uma unidade destinada à sistematização de dados sobre violações de direitos humanos no meio rural (ASCOM/CPT, 2024).

Nos últimos anos, os conflitos agrários se intensificaram, impulsionados pela expansão do agronegócio, pelo uso intensivo de agrotóxicos e pela atuação de grileiros em diferentes regiões do estado. Em 2024, o Maranhão foi a unidade federativa com maior número de conflitos por terra no Brasil, totalizando 363 registros (CPT, 2025). Entre os episódios recentes mais emblemáticos, destaca-se o assassinato de um casal de agricultores na Gleba Campina, no município de Junco do Maranhão, em junho de 2021, o quarto homicídio associado a disputas fundiárias naquela localidade (CPT, 2025).

No município de Timbiras, as tensões também são recorrentes. Em 2020, a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA), em conjunto com a Organização Suíça de Desenvolvimento Sustentável, enviou ofício ao Governo do Maranhão denunciando ameaças, destruição ambiental e tentativas de expulsão envolvendo moradores das comunidades de Santa Vitória e Mamorana, ambas situadas na zona rural do município (G1 Maranhão, 2020).

Entre essas áreas, destaca-se a Comunidade Quilombola Mamorana, uma das comunidades que integram o Território Étnico Campestre. As mais de 400 famílias frequentemente citadas em documentos correspondem ao agrupamento das comunidades que enfrentam há décadas pressões territoriais relacionadas à expansão da pecuária extensiva, à exploração ilegal de madeira, e ao desmatamento. O Território Étnico Campestre constitui um grupo social cuja identidade se sustenta no compartilhamento de práticas culturais, memória coletiva e vínculos históricos com o espaço. (MAPA DE CONFLITOS, 2014).

As disputas territoriais envolvendo a Comunidade Mamorana se intensificaram entre 2002 e 2023, apesar da existência de um processo de desapropriação iniciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1999, destinado a garantir o uso coletivo das terras. A lentidão desse processo, somada ao avanço de interesses privados e à criminalização de lideranças comunitárias, têm contribuído para ampliar a violência e a vulnerabilidade das famílias. (BRASIL, 2025).

Registros históricos apontam, inclusive, assassinatos de lideranças locais em 1986 e 2014, associados à defesa do território tradicional. Tais fatores agravam-se pelo fato da Comunidade Quilombola Mamorana constituir um território quilombola ainda sem titulação definitiva, o que intensifica sua exposição à grilagem, às ameaças e às violações de direitos (CPT, 2025).

Nesse contexto, delineou-se a problemática da pesquisa que originou este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): como os conflitos agrários, a demora institucional e a pressão de grupos privados têm afetado a segurança, os modos de vida, a organização sociocultural e a permanência territorial da Comunidade Quilombola Mamorana?

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre violência no campo, regularização fundiária, garantia de direitos territoriais e proteção de comunidades tradicionais no Maranhão, além de considerar a vivência pessoal da pesquisadora, integrante da comunidade estudada, o que possibilita uma análise sensível, situada e comprometida com a realidade vivenciada.

O estudo tem como objetivo geral compreender os conflitos agrários na Comunidade Quilombola Mamorana, identificando suas causas, dinâmicas e implicações socioterritoriais. Em relação aos objetivos específicos, foram estabelecidos os seguintes: descrever o contexto histórico e territorial da Comunidade Quilombola Mamorana e do Território Étnico Campestre; examinar as formas de ameaça e violência associadas ao conflito agrário; enfatizar as estratégias de resistência e permanência das famílias diante das pressões territoriais.

A partir de revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo, a pesquisa possibilitou evidenciar a importância do território como lugar de identidade, memória e reprodução sociocultural, reafirmando a autonomia e a resistência das comunidades frente à violência fundiária.

Em termos de estrutura, na parte introdutória do trabalho foi apresentado um panorama sobre conflitos agrários no Brasil, no Maranhão e na Comunidade Quilombola Mamorana. A segunda parte contém a metodologia, aspecto crucial para analisar os problemas envolvidos na elaboração do trabalho. Na terceira parte foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. A última parte foi reservada às considerações finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender a complexidade dos conflitos agrários vivenciados pela Comunidade Quilombola Mamorana (Figura 1) a partir das percepções, experiências e narrativas dos sujeitos envolvidos.

Figura 1- Vista geral da Comunidade Quilombola Mamorana



Fonte: Autora (2025).

Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa é adequada para estudos que pretendem interpretar fenômenos sociais em profundidade, considerando dimensões simbólicas, culturais e históricas. Além disso, trata-se de um estudo exploratório e descritivo, pois busca identificar, contextualizar e interpretar dinâmicas territoriais, situações de violência fundiária e estratégias de resistência comunitária, características próprias desse tipo de investigação (Gil, 2019).

No que se refere aos procedimentos técnicos, foram empregadas estratégias de coleta e análise de dados. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre conflitos agrários, territorialidade e comunidades tradicionais, conforme orientam Lakatos e Marconi (2017), incorporando autores de referência no debate sobre território e disputas no campo. Observações em campo foram fundamentais para melhorar o entendimento de aspectos como moradia em um território quilombola (Figura 2).

Figura 2: Habitação na Comunidade Quilombola Mamorana



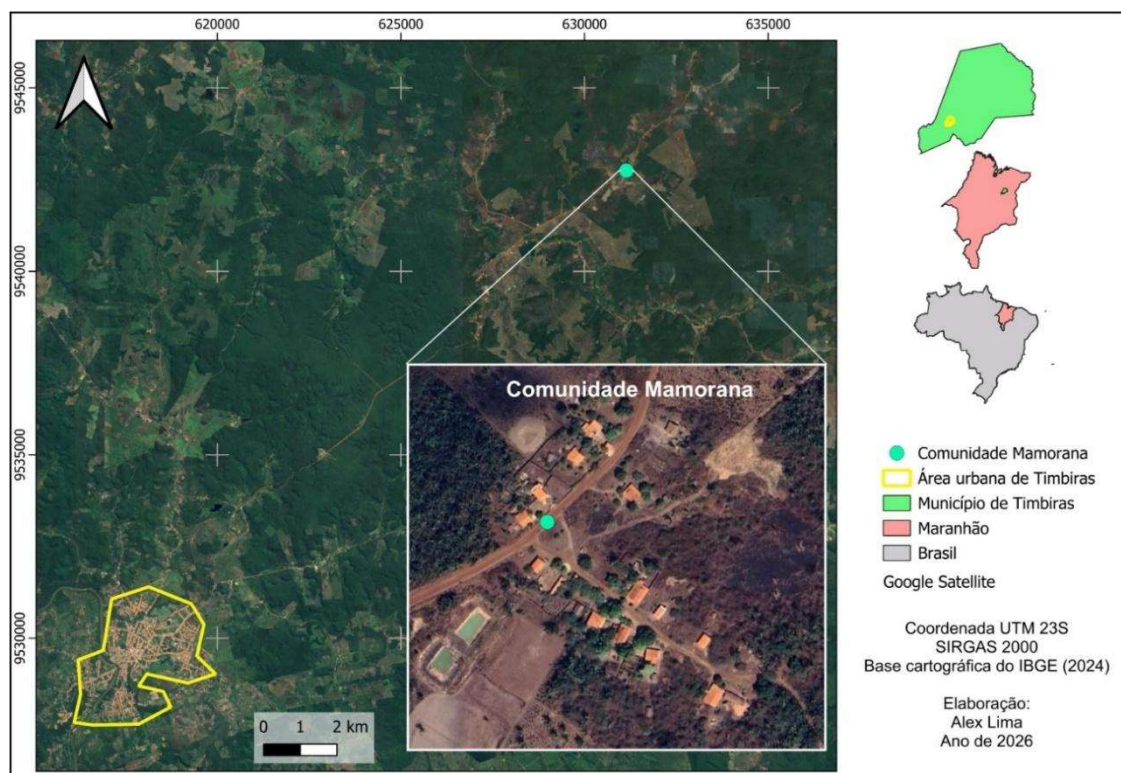
Fonte: Autora (2025).

Para o tratamento do material, os dados foram organizados e interpretados por categorias temáticas alinhadas aos objetivos específicos, articulando o diário de campo, os documentos e a literatura; para a sistematização do material, foram considerados os direcionamentos de Bardin (2011).

A pesquisa teve como instrumento de coleta uma entrevista semiestruturada direcionada aos moradores da Comunidade Quilombola Mamorana, abordando as relações das pessoas com os conflitos agrários que ocorrem na comunidade, as ameaças e suas estratégias de resistência. Por fim, as informações foram integradas por triangulação metodológica, articulando fontes bibliográficas, documentais e empíricas, o que contribuiu para ampliar a consistência e a validade interpretativa do estudo (Denzin, 1978).

Observa-se o mapa da comunidade estudada, para melhor contextualização geográfica da problemática (Figura 3).

Figura 3 - Mapa da Comunidade Quilombola Mamorana.



Fonte: Google Earth Pro; dados da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram organizados por categorias temáticas alinhadas aos objetivos específicos do estudo, articulando revisão bibliográfica, análise documental e registros sistemáticos de diário de campo, com procedimento de

categorização inspirado na análise de conteúdo (Bardin, 2011). Essa estratégia permitiu interpretar o conflito agrário na Comunidade Quilombola Mamorana como fenômeno socioterritorial, isto é, simultaneamente material e simbólico, atravessado por relações de poder, identidades coletivas, memória histórica e disputas pelo controle da terra e do território (Santos, 1996; Haesbaert, 2004).

A pesquisa de campo foi realizada com a colaboração de moradores da comunidade, que foram entrevistados. Para manter sob sigilo os nomes das pessoas entrevistadas, foi atribuído um código para cada uma, assim, o código “P 01” significa pessoa entrevistada número 1.

3.1 Contexto histórico e territorial da Comunidade Quilombola Mamorana e do Território Campestre

A Comunidade Quilombola Mamorana constitui uma das comunidades que compõem o Território Étnico Campestre. As mais de 400 famílias frequentemente mencionadas em documentos públicos e relatórios institucionais compõem o total de moradores das comunidades integrantes do Território Étnico, não se restringido à comunidade Mamorana. Essa informação é fundamental para evitar generalizações e compreender a escala do conflito agrário, que atinge simultaneamente diferentes comunidades, embora se manifeste de forma específica em cada uma delas.

Ao perguntar há quanto tempo cada entrevistado mora na comunidade Mamorana, observamos que eles vivem, pelo menos, há mais de vinte e cinco anos na localidade, indicando mais de duas décadas de vivências no lugar. A seguir, cita-se algumas respostas sobre esse assunto: P 01: “Moro aqui há 50 anos”; P 02: “Moro aqui há mais de 40 anos”; P 03: “Moro há 38 anos”. P 04: “Moro há mais de 25 anos”.

A partir das vivências cotidianas no território, percebo que o pertencimento à comunidade quilombola Mamorana se constrói tanto pela ancestralidade quanto pela relação prática com a terra. O território é o lugar onde se trabalha, onde se cria os filhos, se mantêm tradições e se compartilham saberes, o que reforça a leitura do lugar como dimensão central da identidade coletiva.

Essa experiência confirma a compreensão de ideias defendidas pela Geografia Cultural Humanista, segundo as quais o lugar se constitui a partir das experiências, portanto dos significados atribuídos a parcelas do espaço geográfico pelas pessoas que se relacionam com elas (Tuan, 1977).

Quando se perguntou quais produtos costumam plantar, observou-se que praticamente todas aquelas pessoas praticam agricultura familiar.

Algumas respostas sobre os cultivos feitos pela comunidade: P 01: “arroz, feijão, batata, milho, mandioca, macaxeira”. P 02: “arroz, feijão, batata, milho, mandioca, macaxeira, coentro e cebola”. As respostas evidenciam que a agricultura familiar é a base da subsistência e da renda das famílias vinculadas diretamente ao território.

A agricultura familiar é praticada em pequenas propriedades, onde o cultivo da terra é feito por pessoas de uma mesma família, como o plantio de arroz, coentro, feijão, entre outros.

3.2 Formas de ameaça e violência associadas aos conflitos agrários

Os documentos analisados, especialmente os relatórios da Comissão Pastoral da Terra e os registros jornalísticos, indicam a recorrência de ameaças, tentativas de expulsão, abertura de vias, desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais no Território Étnico Campestre. Essas ações estão associadas à reivindicação ilegal da posse da terra por grupos privados interessados na expansão da pecuária extensiva.

Ao perguntar se os moradores já presenciaram algum conflito relacionado à terra na comunidade, todos responderam que já participaram ou assistiram a conflitos agrários, como mencionado: P 01: “Sim, já presenciei”. P 02: “Sim, várias vezes”. P 03: “Sim”. P 04: “Sim”.

Os conflitos agrários estão presentes na realidade da Comunidade Quilombola Mamorana; eles incluem ameaças e pressões relacionadas à desapropriação da terra; assim, os conflitos se tornam recorrentes. Disputas relacionadas à posse e propriedade da terra ocorrem também em comunidades vizinhas à comunidade estudada, e são caracterizadas por diversos atos de violência, fato que suscita reações de resistência comunitária .

Confrontos em torno da questão agrária geram problemas para as associações de trabalhadores e trabalhadoras do campo maranhense, destacando-se ameaças, desmatamento ilegal, entre outros. Como mencionado por moradores, os principais problemas enfrentados são os seguintes: P 01: “Na nossa comunidade sofremos diversos tipos de ameaças como por exemplo, sofremos ameaças do tipo que iriam invadir o território e expulsar os moradores da comunidade”. P 02: “Aqui na comunidade sofremos com o desmatamento ilegal de madeiras, que na verdade sofremos com o contrabando de madeiras. Isso já houve na comunidade”. P 03: “Outro tipo problema é a destruição de reservas ambientais como nascentes, olhos d’água e riachos”.

No cotidiano da Comunidade Quilombola Mamorana, essas pressões se materializam de maneira concreta. Durante os trabalhos de campo, observou-se mudanças na paisagem, como áreas recentemente desmatadas e cercamentos próximos às áreas de uso comum, que geram insegurança entre as famílias. O conflito não se expressa apenas em episódios pontuais de violência, mas em um processo contínuo de intimidação que afeta a tranquilidade e a permanência no território.

A figura 4 mostra áreas atingidas por queimadas e pelo desmatamento feito por pessoas de fora da comunidade, problemas que afetam, de modo geral, tanto as plantações quanto as reservas ambientais.

Figura 4 - Área desmatada no território da comunidade quilombola Mamorana



Fonte: Autora (2025)

Ao conversar com moradores da comunidade, fica muito mais nítido que o medo e a incerteza se tornaram parte do cotidiano daquelas pessoas, interferindo nas decisões sobre plantio, circulação e uso dos espaços comunitários. Experiências vivenciadas na comunidade reforçam a compreensão de que a violência fundiária opera tanto pela força direta quanto pela produção de insegurança prolongada, conforme apontam estudos sobre conflitos agrários e territorialidade (Santos, 1996; Haesbaert, 2004).

3.3 Estratégias de resistência e permanência das famílias

A utilização do diário de campo permitiu registrar não apenas fatos objetivos, mas também percepções relacionadas ao ambiente, ao cotidiano e às estratégias de resistência da comunidade. Enquanto moradora da Comunidade Quilombola Mamorana, percebo que resistir não se limita a atos formais de denúncia ou mobilização política, mas se expressa na continuidade das práticas cotidianas, como o cultivo da terra, o cuidado com os espaços comuns e a manutenção das relações de solidariedade.

Ao perguntar quais as principais estratégias de resistência para permanecer na comunidade, obtivemos respostas como as dispostas nos quatro parágrafos a seguir:

P 01: “Uma das resistências é a física, a luta pela terra e pela liberdade de poder viver livre de ameaças. Uma outra forma de resistência é a ocupação da terra, ou seja, continuar vivendo na comunidade mesmo com as invasões e pressões”.

P 02: “É a luta pela terra, continuar morando no território, assim como também proteger os moradores das invasões. Enfrentar os invasores e os conflitos que acontecem na comunidade, como o desmatamento e a desapropriação da terra”.

P 03: “Umas das formas de resistência são as reuniões para debater os conflitos, discutindo e partilhando sobre a luta pela terra e os direitos dos moradores das comunidades tradicionais”.

P 04: “Um dos meios de resistência é a busca por meios jurídicos para permanecer na terra, a busca por acordos e documentos que comprovem que moramos há muito tempo na comunidade”.

Observa-se que, mesmo diante das pressões territoriais, as famílias seguem reafirmando sua presença no território por meio do trabalho coletivo e da transmissão de saberes entre gerações. O território, nesse sentido, não é vivido como mercadoria, mas como condição de existência, o que se aproxima da noção de topofilia, entendida como o vínculo afetivo entre pessoas e lugar (Tuan, 1977).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender os conflitos agrários na Comunidade Quilombola Mamorana, identificando suas causas, dinâmicas e implicações socioterritoriais. A partir da revisão bibliográfica, da análise de documentos e dos registros de campo, foi possível entender que o conflito não se limita a uma disputa formal por terra. Ele atinge a segurança das famílias, interfere no cotidiano, afeta o trabalho, enfraquece a tranquilidade para permanecer no território e ameaça a continuidade de práticas culturais e comunitárias que dão sentido ao lugar.

Os resultados mostram que a falta de garantias efetivas sobre o direito à terra e ao território, bem como a demora na conclusão de medidas de proteção criam um ambiente favorável ao aumento das tensões e das ameaças. Esse cenário local se relaciona com um contexto mais amplo de violência no campo no Maranhão.

No caso do Território Campestre, em Timbiras, há documentos públicos que indicam episódios de ameaças, invasões e pressões sobre comunidades, incluindo a Comunidade Quilombola Mamorana, envolvendo centenas de famílias. O Mapa de Conflitos da Fiocruz reúne informações sobre a longa duração dessas disputas no município, associando-as à grilagem, a expulsões e à luta por regularização do direito à terra.

Os materiais analisados mostraram que ainda existe distância entre o direito previsto no aparato jurídico e a proteção que, de fato, chega às comunidades em situação de conflito agrário.

Quanto à resistência, os documentos e os registros de campo indicam que a comunidade estudada busca permanecer no território por diferentes caminhos: organização interna, apoio de entidades, formalização de denúncias e insistência quanto ao direito de existir e viver naquele lugar. As notas públicas e registros sobre o Território Campestre mostram que a mobilização e a visibilidade do conflito também se tornam formas de defesa, porque ajudam a documentar o que acontece e a pressionar o Estado em relação às providências demandadas em função dos conflitos agrários.

As observações em campo foram de suma importância, pois permitiram registrar como o conflito repercute na vida diária e como a comunidade reorganiza sua rotina para seguir existindo e resistindo. Em termos práticos, os resultados reforçam a necessidade de ações mais efetivas de proteção, fiscalização e avanço na regularização fundiária, em conformidade com a Constituição Federal e com as normas que tratam dos direitos territoriais quilombolas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA TAMBOR. **Guerra química no Maranhão: comunidades tradicionais sofrem com pulverização aérea de agrotóxicos**. Agência Tambor, 22 maio 2024. Disponível em: <https://agenciatambor.net.br/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner **Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, 2004. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>. Acesso em: 30 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 06 dez. 2025.

BRASIL. **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)**. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009. Estabelece critérios e procedimentos administrativos para a regularização fundiária de territórios quilombolas. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 21 out. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.239/DF**. Relator: Min. Cezar Peluso. Redatora do acórdão: Min. Rosa Weber. Julgamento: 8 fev. 2018. Diário da Justiça eletrônico: 1 fev. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: **POUPART, Jean et al. (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2024. Goiânia**: CPT Nacional, 2025. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Metodologia: Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2007.

DENZIN, Norman K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1978.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Escola Nacional de Saúde Pública Arouca, Sérgio **Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, s.d. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

G1 MARANHÃO. **Entidade maranhense e organização suíça denunciam conflito agrário em Timbiras, no MA**. G1, 09 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/12/09/entidade-maranhense-e-organizacao-suica-denunciam-conflito-agrario-em-timbiras-no-ma.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUIARRARA, Paloma. **Questão agrária**. Brasil Escola, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/questao-agraria.htm>. Acesso em: 12 out. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MAPA DE CONFLITOS:MA – **Agricultores familiares lutam há mais de 20 anos pela regularização de seu direito a terra no município de Timbiras**. 23 de mar. De 2014. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1945.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOUSTAKAS, Clark. **Phenomenological research methods**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Herinque Coelho da; CRUZ, Antônio Jose Araujo; Usos do território, concentração fundiária e a luta pela terra: os conflitos socioterritoriais no maranhão agrário (2010 - 2020). In: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). **Violência no campo: Maranhão é o estado mais afetado por conflitos agrários**. São Luís, 2025. Disponível em: <https://smdh.org.br/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Space and place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.